

Governo central tem superávit primário de R\$ 49,38 bilhões

Saldo de R\$ 81,7 bi do Tesouro equilibra déficits da Previdência e do BC

Mariana Mazza/InvestNews
de Brasília

O governo central, que inclui as contas do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central, obteve superávit primário de R\$ 49,38 bilhões em 2004. O valor equivale a 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB). O Tesouro Nacional, isoladamente, realizou um esforço fiscal de R\$ 81,71 bilhões. Com isso, o governo conseguiu contrabalançar os déficits da Previdência Social e do Banco Central, que foram de R\$ 32 bilhões e R\$ 336,4 milhões, respectivamente.

Por mais um ano consecutivo, em dezembro, todo o esforço do Tesouro Nacional, que apresentou um saldo positivo de R\$ 3,99 bilhões, não foi suficiente para compensar o déficit previdenciário de R\$ 6,60 bilhões, — provocado pelo pagamento do 13º do funcionalismo público — e do BC, de R\$ 139,3 milhões.

Por causa dessas despesas, o resultado primário do governo central no último mês do ano foi deficitário em R\$ 2,75 bilhões.

O resultado do esforço fiscal do governo central foi superior ao de seu próprio compromisso de cumprir a meta de 4,5% de superávit primário. Os R\$ 49,39 bilhões registrados no resultado final do governo central representaram 2,80% do PIB. Essa participação está acima da meta planejada de 2,70% que, em valores nominais, significaria um

superávit de R\$ 47,6 bilhões. A média dos últimos dois anos anteriores para o superávit neste setor foi de 2,5% do PIB. O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, argumentou que o aumento da arrecadação, registrado no balanço de 2004, não foi o único fator do avanço nos números finais divulgados ontem. “Temos cada vez mais um sistema de controle dos gastos públicos com qualidade”, disse Levy.

O relatório do Tesouro enfatiza que o crescimento econômico, juntamente com o maior número de empregos, contribuíram, em muito, para puxar o aumento dos resultados do governo central. O maior destaque entre as causas da superação da meta é a poupança pública, fortalecida no último ano pela expansão econômica.

Levy negou que o aumento das despesas públicas em 2004 signifique que o governo esteja gastando mais do que nos anos anteriores. O total das despesas subiu de R\$ 259,37 bilhões, em 2003, para R\$ 306,74 bilhões, no ano passado. Para Levy, é importante considerar que o crescimento das despesas continua abaixo do aumento da receita do governo, o que mostra que o gasto está sendo feito na medida certa. “As pessoas, às vezes, acham que o País está indo bem porque estamos gastando mais. O Brasil está indo bem, porque está indo bem”, afirmou o secretário. “O governo não está esbanjando”.

Parte do aumento dos gastos foi justificada pela transferência de recursos provenientes da partilha da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) do Tesouro para os estados. A incumbência fez com que o número de transferências aumentasse, o que não significa um aumento real de investimentos federais no âmbito estadual. Como os repasses para os governos estaduais aumentaram, houve impacto nas despesas federais.

Outra questão aduzida por Levy foi a queda da inflação. Segundo o secretário, a redução da inflação influenciou as despesas da Previdência Social, uma vez que a ausência de perda inflacionária nas pensões gera um ganho de renda para as pessoas que recebem o benefício.

O secretário admitiu que o Tesouro nunca consegue satisfazer as expectativas quando o assunto é despesa, pois quando ela é baixa existem críticas de que o governo não está investindo, e, se são altas, a crítica é que há gastos em excesso.

Levy reiterou que inexistem conflitos entre as políticas monetária e fiscal. Argumentou que não há nenhuma incoerência entre o governo fazer superávit e manter ao mesmo tempo uma postura de aperto monetário para conter a inflação. O avanço dos gastos do governo federal com investimentos aumentaria a demanda do mercado interno, o que pressiona a inflação. “Se o superávit tivesse caído, o governo estaria empurrando a demanda. Se o superávit aumenta, o governo está contribuindo para a estabilização. Superávit que aumenta, diminui a demanda”, disse.



Joaquim Levy